



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

Curso de Graduação em Ciências Contábeis e Atuariais

JOYCE SHARLOTH TAVARES DE FREITAS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE
DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO**

Brasília – DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador de Pós- Graduação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenado de Graduação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenado de Graduação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Noturno

JOYCE SHARLOTH TAVARES DE FREITAS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE
DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito a conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa:

Contabilidade Financeira

Orientadora:

Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho

Brasília – DF

2017

DE FREITAS, Joyce Sharloth Tavares.

Governança corporativa e evidência contábil: uma análise das companhias abertas brasileiras do setor elétrico / Joyce Sharloth Tavares de Freitas – Brasília, DF, 2017.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas – FACE. 2º Semestre de 2017.

48 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho.

1. Setor Elétrico. Governança Corporativa. Índice de Governança Corporativa. Evidência Contábil. Índice de Evidência Contábil.

JOYCE SHARLOTH TAVARES DE FREITAS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE
DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS DO SETOR ELÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof.^a Dra. Ducineli Régis Botelho

Professora-Orientadora

Prof.^o Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

Professor-Examinador

Brasília, Novembro de 2017.

Dedico este trabalho àquelas que lutaram e lutam pelo direito da mulher à educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Universidade de Brasília, esta instituição não apenas me proporcionou conhecimento acadêmico e prático, mas também o crescimento pessoal e intelectual que eu jamais seria capaz de prever. Foi uma honra ter feito parte do corpo de estudantes de uma das melhores Universidades do mundo.

Agradeço à Professora Dra. Ducineli Régis Botelho, por toda paciência e conhecimento que me transmitiu durante esta etapa, sem a sua colaboração este trabalho não teria sido tão satisfatório.

Aos meus pais Josilda e Josimar por todo o esforço que fizeram para me proporcionar a melhor educação possível, e suporte durante meus estudos. Sem os sacrifícios que vocês fizeram por mim, minhas realizações não teriam sido possíveis.

Aos meus felinos Sapeca, Gian e Chica, ao falecido Dengoso e meu falecido coelho TonTon, por me mostrarem que o amor pode ter quatro patas, dizer muito com apenas um miado, ou olhar me trazendo forças para seguir em frente.

Ao meu bem precioso, João Heitor, pelas palavras estímulo e força, por me carregar quando eu desanimava. Que grande presente eu ganhei ao te encontrar.

Agradeço imensamente ao meu amado amigo Matheus Nogueira, você tornou a jornada da vida, que muitas vezes é dura, mais leve e engraçada, com o seu companheirismo e amizade.

Ao meu amigo Alan Mendes, apoio nos momentos de dificuldade e pela. Eu não poderia esquecer da mão amiga que me estendeu na vida e na graduação.

À Carolina Moura, uma das pessoas mais doces e amáveis que eu tive a alegria de conhecer, sem a sua amizade eu seria incompleta.

Às minhas amadas amigas Drielly Cristine, Yara Vilarinho e Milena Pedelhes, eu não conseguiria imaginar a graduação ou a vida sem a amizade e o carinho de vocês. Obrigada pela força que transmitem a mim!

“O único homem que está isento de erros é aquele que não arrisca acertar.”

Albert Einstein

RESUMO

Este estudo analisou a relação existente entre governança corporativa e evidência contábil nas empresas do setor elétrico listadas na B3, baseando-se nos índices referentes a cada uma dessas duas variáveis. Para isso foi necessária a consulta do Índice de Governança Corporativa (IGC) produzido pela B3 e elaboração do critério específico de cálculo do Índice de Evidência Contábil (IEC), com enfoque para reapresentação retrospectiva. Desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa de natureza comparativa e analítica. A amostra utilizada foi composta pelas 14 maiores empresas do setor elétrico listadas na B3, o critério de seleção foi baseado no ativo total das empresas. Esta amostra representa 65,10% da população do setor na B3. Dentre os resultados encontrados, observou-se que nos três possíveis valores de IGC, o nível de evidência estava relacionado ao nível de governança corporativa de cada empresa. Ou seja, ao produzir o IEC e aplicar o fator determinante “reapresentação retrospectiva”, foi constatado que as empresas com maior IGC (no Nível 2) são as que apresentam melhor nível de evidência pautado no fator determinante escolhido para esta pesquisa.

Palavras-chave: Setor Elétrico. Governança Corporativa. Índice de Governança Corporativa. Evidência Contábil. Índice de Evidência Contábil.

ABSTRACT

This study analyzed the relationship between corporate governance and accounting disclosure in the electric sector companies listed in B3, based on the indexes referred to each of these two variables. Then, it was necessary to consult the Corporate Governance Index (CGI) produced by B3 and the elaboration of the specific criterion for calculating the Accounting Disclosure Index (ADI), with a focus on retrospective restatement. Thus a quantitative research of comparative and analytical nature was developed. The sample used was composed by the 14 biggest companies in the electric sector listed at B3, the selection criterion was based on the total assets of the companies. This sample represents 65.10% of the population of the sector at B3. Among the results found, it was observed that in the three possible CGI values the level of disclosure was related to the level of corporate governance of each company. That is to say, when producing the ADI and applying the determinant factor "retrospective restatement", it was found that the companies with the highest CGI (at Level 2) are those that present the best level of evidence based on the determinant factor chosen for this research.

Keywords: Electric Sector. Corporate Governance. Corporate Governance Index. Accounting Disclosure. Accounting Disclosure Index.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de checagem da Reapresentação Retrospectiva.....	30
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas listadas pela B3.....	28
Tabela 2 – Valores do Índice de Governança Corporativa.....	32
Tabela 3 – Resultados das empresas com enfoque na Reapresentação Retrospectiva.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil de Governança Corporativa das empresas analisadas.....	32
---	----

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IASB	<i>Internacional Accounting Standards Board</i>
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
B3	Bovespa, BM&F e Cetip
IEC	ndice de Evidenciao Contábil
IGC	ndice de Governança Corporativa
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
IGC-N1	ndice de Governança Corporativa Diferencial (Nível 1)
IGCT-N2	ndice de Governança Corporativa Trade (Nível 2)
IGC-NM	ndice de Governança Corporativa Novo Mercado
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIFAR	<i>Center for Internacional Financial Analysis and Research</i>
AIMR	<i>Association for Investment and Management Report</i>
Abrasca	Associao Brasileira de Companhias Abertas
ANEFAC	Associao Nacional dos Executivos de Finanças
CPC	Comit de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
GC	Governança Corporativa
N1	Nível 1
N2	Nível 2
NM	Novo Mercado
DLPA	Demonstrao dos Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstrao das Mutaoes do Patrimnio Líquido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização.....	16
1.2 Problema de pesquisa.....	17
1.4 Objetivos Específicos.....	18
1.5 Delineamento da pesquisa.....	18
1.6 Justificativa	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. Governança corporativa	21
2.1.1 Índice de Governança Corporativa	22
2.2 Evidenciação Contábil.....	23
2.2.1 Índice de Evidenciação	25
2.2.2 Erros Materiais.....	26
3. METODOLOGIA.....	28
3.1 Perfil da Amostra	28
3.2 Procedimentos de Análise	29
3.2.1 Primeira Etapa	29
3.2.2 Segunda Etapa	30
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE 1 - Lista de checagem da Demonstração do Valor Adicionado	44
APÊNDICE 2 – Lista de checagem da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	45
APÊNDICE 3 – Lista de checagem do Balanço Patrimonial	46
APÊNDICE 4 – Lista de checagem da Demonstração do Resultado do Exercício	47
APÊNDICE 5 – Lista de checagem da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	48

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O espectro de pesquisa na área contábil é vasto e abrangente em diversas ramificações acadêmicas. Com o passar das décadas, a Ciência responsável pelo patrimônio tem se aperfeiçoado, ainda que suas bases venham de longo período histórico. A contabilidade evoluiu dentro da gestão, da economia e nos negócios (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005). Assim sendo, não apenas questões básicas e práticas do cotidiano contábil são usadas, mas também o conhecimento contábil influencia tantas outras áreas do conhecimento e dos negócios, como a contabilidade financeira.

A contabilidade financeira está difusa na realidade das finanças e economia, influenciando a tomada de decisões, pois é a partir do conhecimento desta e das ferramentas oferecidas por ela que as estratégias de investimento, gestão e análise de negócios é propiciada (FASB *apud* PONTE, OLIVEIRA 2004). No que tange a contabilidade financeira, os demonstrativos, regidos pelos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, são dirigidos ao usuário externo. Os princípios contábeis geralmente aceitos limitam a contabilidade financeira, pois eles restringem as regras de reconhecimento da receita e mensuração de custo e os itens que serão classificados como ativo, passivo ou patrimônio líquido no balanço patrimonial, enquanto a contabilidade gerencial, não está limitada àqueles princípios contábeis (HORNGREN; FOSTER; DATAR, 2000).

A governança corporativa, dentre outras percepções, pode ser um sistema onde as instituições em geral são administradas e incentivadas. Isto envolve uma relação entre os sócios, o conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (IBGC, 2017). No que se refere às boas práticas de governança corporativa, elas propõem recomendações objetivas, baseadas nos princípios básicos, assim são alinhados com a meta de manter e elevar o valor econômico da instituição, dessa maneira seu acesso a recursos é facilitado e se reflete na qualidade da gestão da organização e sua continuidade.

A governança corporativa, desde o seu advento, vem evoluindo, para benefício dos usuários da informação e melhor controle por parte dos gestores. Ela é responsável por todo aspecto não apenas financeiro, mas também de gestão, dentro de uma entidade, é a partir dela que os seus responsáveis podem avaliar o desempenho de sua companhia dentro de um grande quadro de amostras presentes em sua empresa (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013). Por consequência, é possível estipular um Índice de Governança Corporativa, para que a prática da governança em si seja medida e avaliada. Assim, após calculado, este índice proporciona um

panorama da qualidade da governança corporativa. Em seu trabalho, Correia, Amaral e Louvet (2011) medem a qualidade da governança corporativa das empresas brasileiras e concluem que a confiança do mercado está associada com o bom desempenho da governança dessas empresas medida pelo índice.

O outro fator abordado neste estudo é a evidenciação contábil, que está vinculada ao atendimento das características qualitativas da informação contábil, que são a compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade, de acordo com a estrutura conceitual do *International Accounting Standards Board* (IASB). Assim como acontece com a governança, para a evidenciação também pode ser construído um índice afim de medi-la.

O Índice de Evidenciação é um dos parâmetros para a avaliação da qualidade da informação contábil. Pois a norma deve ser seguida em vista de que ela apresenta os objetos de evidenciação, ou seja, aquilo que deve ser evidenciado pela organização. Em se tratando disso, o Índice de Evidenciação é medidor eficaz para avaliação do quesito evidência da informação contábil, podendo ser observado se a entidade está de fato cumprindo o que é esperado dentro destes termos que foram normatizados (MARSTON & SHRIVES, 1991).

1.2 Problema de pesquisa

O problema de pesquisa circunda estes dois aspectos: a governança corporativa e a evidenciação contábil, abrangendo particularmente o setor elétrico, sendo o mesmo regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e detentor de vasta amostra de empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira. A partir desta observação acerca do setor elétrico foi percebida a relevância deste setor, dado que o Manual de Contabilidade para o Setor Elétrico, sob responsabilidade da ANEEL, abrange variados aspectos que se relacionam com o setor em si, o que estabelece sua importância e complexidade. Dessa maneira, o estudo busca fazer sua análise nesse escopo de pesquisa observando o Índice de Governança Corporativa e o Índice de Evidenciação Contábil, sob o enfoque da reapresentação retrospectiva, de cada uma dessas companhias.

A governança corporativa não é um fator independente, ela deve ser aliada a vários outros fatores pelos gestores e demais funcionários para o sucesso da empresa (IBGC, 2017). Considerando sua importância e necessidade para o bom andamento e continuidade de uma empresa, a governança corporativa vem sendo aperfeiçoada tanto na teoria quanto na prática, deste modo, pode-se observar os Índices de Governança Corporativa para medir precisamente seu impacto tanto interno quanto externo na companhia, ou seja, aquilo que pode ser observado por investidores e concorrentes.

No que tange a evidenciação contábil, o administrador detém mais conhecimento sobre a organização do que os usuários externos, tanto investidores quanto outros tipos de usuários da informação. O administrador pode aumentar a utilidade da informação financeira ao identificar transações ou eventos e circunstâncias que afetem seus negócios, desta forma explanando o impacto financeiro (FASB *apud* HENDRIKSEN e BREDÁ, 1999).

Estes dois itens apresentados serão usados como base para esta pesquisa, e assim será observado se na amostra das empresas do setor elétrico listadas na B3, o Índice de Governança Corporativa pode ser associado com o Índice de Evidenciação Contábil, no sentido de comprovar que a evidenciação contábil de uma empresa reflete seu nível de governança corporativa. Este artigo problematiza a possível relação entre o elevado ou baixo nível de governança corporativa e o valor do índice de evidenciação contábil das empresas do setor elétrico listadas na Bolsa.

Mediante as considerações acima, o problema de pesquisa é: Qual é a relação entre o Índice de Evidenciação e o Índice de Governança Corporativa das companhias abertas do setor elétrico listadas na B3?

1.3 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre o Índice de Evidenciação Contábil e o Índice de Governança Corporativa das companhias abertas do setor elétrico brasileiro, sob o enfoque da reapresentação retrospectiva no período compreendido entre 2012 e 2016.

1.4 Objetivos Específicos

- a) Verificar se ocorre na amostra a ausência de evidenciação de algum item analisado especificamente, ou seja, se é possível observar algum padrão de falhas de evidenciação entre os itens analisados.
- b) Verificar quais as empresas apresentaram melhor desempenho em relação a reapresentação retrospectiva.

1.5 Delineamento da pesquisa

A proposta de pesquisa é desenvolver um estudo no setor elétrico pautado nas empresas listadas na B3, afim de tratar a temática da governança e evidenciação com perspectiva de fornecer dados e análises que permitam, no âmbito da contabilidade financeira, a discussão

desses aspectos no cenário elétrico. O setor elétrico foi selecionado, dada a sua importância para o País, também pela ampla estrutura de regulação deste setor, por meio de sua agência reguladora, ANEEL. Dessa maneira, o setor deve deter vasta linha de pesquisa e aprimoramento prático e teórico sobre o assunto, pois sua relevância para o mercado pode ser percebida, na quantidade significativa de empresas negociadas na B3.

Este trabalho abrange aspectos da evidenciação contábil e da governança corporativa das empresas da amostra. A tendência da pesquisa se utiliza dos índices correspondentes, tanto o Índice de Evidenciação Contábil (IEC) quanto o Índice de Governança Corporativa (IGC). O IEC pode ser calculado particularmente dependendo do tipo de pesquisa. No presente trabalho, o índice será construído especificamente de modo que supra as necessidades da pesquisa, por meio de lista de checagem dos itens selecionados. Os índices de governança corporativa utilizados para a pesquisa serão os disponíveis no endereço eletrônico da B3. A bolsa de valores brasileira usa três tipos de indicadores, são eles o Índice de Governança Corporativa Trade, o Índice de Governança Corporativa Diferenciada e o Índice de Governança Corporativa Novo Mercado.

A amostra da pesquisa abrange as 14 empresas do setor elétrico com maior ativo total consolidado, listadas na B3. O somatório dos ativos totais da amostra totaliza R\$ 420.574.842, isto representa 65,10 % do ativo total de todas as empresas do setor elétrico listadas na B3. As empresas do setor elétrico selecionadas para a amostra são: Eletrobrás, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), CPFL Energia S. A., Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Energisa S.A., Engie Brasil Energia S. A., Light S. A., Equatorial Energia S. A., Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo S. A., CPFL Energias Renováveis S. A., Companhia Energética de São Paulo (CESP), Eneva S.A., Alupar Investimento S.A., Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

1.6 Justificativa

Este trabalho está fundamentado na premissa que reconhece os desdobramentos da contabilidade financeira como parâmetros essenciais para a boa prática da teoria. Dito posto, os índices permeiam o conhecimento profundo daquilo que se analisa e avalia, desta maneira os Índices de Governança e de Evidenciação expressam quantitativamente aquilo que é objeto de estudo. Por consequência o problema de pesquisa justifica a abordagem desta temática, dada a sua relevância prática e teórica.

O segundo ponto justificativo deste trabalho é a importância de estabelecer parâmetros para a observação de empresas a partir da governança corporativa e da evidenciação contábil.

A governança corporativa é um aspecto de elevado impacto internamente e externamente para uma organização. A importância da aplicação de um índice se revela para a avaliação do retorno dos esforços dispendidos pela alta gerência; além disso, é instrumento indispensável para a identificação de gargalos gerenciais e financeiros.

Elucidar o tema da evidenciação da informação contábil à luz do que é estabelecido pela norma regente deste aspecto e abranger na pesquisa o termo quantitativo para a abordagem do assunto, pois assim como IGC, o Índice de Evidenciação é o medidor que irá apontar para os usuários internos e externos da informação contábil o nível de evidenciação da companhia e a partir disto, poderá ser percebido o quanto as normas estão sendo cumpridas no que tange ao caráter de evidenciação recomendado para o setor elétrico.

A oportunidade da pesquisa acontece com a problemática abordada pelo estudo intitulado “Análise da Relação entre o Índice de Governança Corporativa e o Preço das Ações de Empresas do Setor de Papel e Celulose”, (SANTOS; PEDREIRA, 2004) pois a ideia trazida pelos autores foi abordada em um setor específico assim como a presente pesquisa também sugere, o setor elétrico, a partir desta ideia surge o embate com relação ao índice de governança corporativa e o índice de evidenciação contábil dentro do âmbito das empresas do setor elétrico listadas na B3. O artigo sugere que a dependência de duas variáveis sejam testadas dentro de um setor, posto isto surge a oportunidade de aplicar outra variável juntamente com o IGC, porém no setor elétrico.

Justifica-se este tema, esta linha de pesquisa e estudo, elucidando a contribuição social deste trabalho devido à grande valia que representa os estudos aprofundados sobre fatores financeiros referentes à contabilidade, além disto, a potência econômica que representa o setor elétrico perante a Bolsa de Valores, com número elevado de empresas componentes, totalizando 60 companhias. Por fim, em consideração ao problema de pesquisa e aos objetivos, este trabalho propõe uma linha inovadora de pesquisa para o setor elétrico, que representa a importância da exploração científica de questões teóricas e práticas da Ciência Contábil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Governança corporativa

Em se tratando do tema Governança Corporativa, em seu trabalho, Bortolon e Silva Junior (2015) discorrem que os estudos clássicos de Adolf A. Berle e Gardiner C. Means em 1930 originaram a discussão acerca da governança corporativa com o surgimento da Moderna Sociedade Anônima. E no que tange a popularidade nos anos de 1990 e 2000, isso se deu devido aos casos da *Enron*, *WorldCom*, *Aholde*, *Parmalat*. A responsabilidade e o poder da alta administração tem influência nos investidores, transparência institucional em mercados emergentes, regras que conduzem os processos de aquisições, remuneração dos diretores executivos (CEO), neste contexto, tais aspectos se tornaram aspectos que sobressaíram no cenário dos negócios (MILLAR et al., 2005; BLAIR, 1995 *apud* BORTOLON; SILVA JUNIOR, 2015).

A governança corporativa tornou-se tema de grande visibilidade para os negócios internacionais devido ao aspecto de confiabilidade, ética e valores morais que transmite em seu espectro, envolvendo todas as partes interessadas relativas às ações da organização e as consequências dessas ações (CROWTHER; SEIFI, 2011; BORTOLON; SILVA JUNIOR, 2015).

Para Bortolon e Silva Junior (2015), “em essência, o conceito refere-se aos meios pelos quais a organização é governada (CROWTHER; SEIFI, 2011)”. A governança corporativa abarca tudo aquilo que influi no processo institucional, tanto para os controladores quanto para os reguladores envolvidos nas etapas operacionais, ou seja, a governança corporativa inclui todas as espécies de organizações (TUMBULL, 1997 *apud* BORTOLON; SILVA JUNIOR, 2015).

Em sua visão particular às companhias de capital aberto, Blair (1995) defende que a governança corporativa é o conjunto legal, cultural e institucional que determina aquilo que as companhias de capital aberto podem fazer, quem irá controlá-las, como será este controle, e a alocação dos riscos e retornos das atividades (BLAIR, 1995 *apud* BORTOLON; SILVA JUNIOR 2015). Para Hart (1995), não importa o campo de atuação da organização, pois para que surja o fenômeno da governança corporativa é preciso a presença das seguintes condições: problema de agência ou conflito de interesses entre as partes interessadas e as transações de custo que são decorrentes do problema de agência (HART, 1995 *apud* BORTOLON; SILVA JUNIOR, 2015).

A governança corporativa está pautada em alguns princípios básicos, tais qual a transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa. A transparência consiste em disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Entretanto, não apenas itens econômico-financeiros são objetos da transparência, mas também os demais fatores que representam parte importante para a otimização do valor econômico da instituição. A equidade zela pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais interessados na informação, no que se referem aos seus direitos, deveres, demandas, interesses e expectativas. Na prestação de contas os agentes da governança assumem as consequências que provenham de seus atos ou omissões no que trata do papel que lhes é cabido, sua prestação trata do dever dos agentes da governança zelarem pela viabilidade econômico-financeira da organização. (IBGC, 2017).

De forma a observar tais aspectos, é possível identificar a abrangência da governança nos mais variados aspectos dentro da rotina de uma entidade e também nas atividades esporádicas, assim esta prática determina o diferencial tanto internamente quanto externamente, visto o impacto que as boas práticas tendem a conferir dentro de uma entidade. Os escândalos vistos nas últimas décadas reforçam a importância do comprometimento e responsabilidade dentro dos setores gerenciais, principalmente. Pois tanto o prezar pelas leis e regulamentações quanto o respeito ao investidor, que observa os pontos positivos em uma companhia antes e durante seu investimento, o que confere a ele conhecimento razoável para acreditar na continuidade de tal entidade.

2.1.1 Índice de Governança Corporativa

A discussão sobre governança corporativa e como tornou-se central no cenário internacional, devido aos escândalos corporativos observados nos anos 1990 e 2000, causou o interesse de pesquisadores e fornecedores de dados sobre aquilo que integra a governança corporativa e a importância de ponderar sua capacidade, pois as decisões dos agentes da governança podem afetar de modo significativo os usuários (BEBCHUK; COHEN; FERREL, 2009 apud BORTOLON; SILVA, 2015). Embora haja críticas a respeito do Índice de Governança Corporativa como mecanismo para mensuração, este índice é amplamente presente na área de pesquisas e prática. (BORTOLON; SILVA JÚNIOR, 2015).

A Bolsa de Valores Brasileira trabalha com 3 tipos de Índices de Governança Corporativa: Índice de Governança Corporativa Diferenciada Nível 1 (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade Nível 2 (IGCT) e o Índice de Governança Corporativa Novo

Mercado (IGC – NM), os quais foram implantados no ano 2000, com a finalidade de aumentar a transparência no mercado de capitais, atrair mais investidores e aumentar o volume de transações (MACEDO et. al., 2005). Estão excluídas dos níveis de governança corporativa as companhias em recuperação judicial ou extrajudicial, regime especial de administração temporária, intervenção ou que sejam negociados em qualquer outra situação especial de listagem.

É possível perceber que a quantificação da governança corporativa por meio de um índice é fator crucial para análises e discussões tanto entre os gestores quanto entre os investidores, pois tal mensuração irá descrever de maneira simplificada o comprometimento despendido por aquela companhia em adotar práticas tanto operacionais, quanto gestoras que otimizem seu capital e credibilidade. É através do índice que o investidor, por sua vez, juntamente com outras técnicas de análise, pode materialmente observar o nível de governança corporativa dentro de uma entidade, e decidir acerca de seu investimento. Já para os gestores, esta é uma ferramenta que o possibilita ter parâmetros para ver sua realidade e aplicar métodos de melhoria dentro da empresa, a partir da informação inicial que é a governança corporativa dentro de sua companhia quantificada.

2.2 Evidenciação Contábil

O processo da evidenciação objetiva apresentar ao usuário da informação contábil a situação financeira e patrimonial de uma organização. Podem haver algumas variações entre as entidades, quanto à forma, contudo o objetivo mantém-se o mesmo, que é divulgar as informações em quantidade e qualidade, suprimindo as necessidades dos usuários e reduzindo assimetrias entre *stakeholders* e as empresas. (BRAMMER; PAVELIN, 2008 *apud* MACEDO et al., 2015).

Segundo Ponte e Oliveira (2004), “as empresas podem adotar diferentes formas de evidenciação, mas devem fornecer informações em quantidade e qualidade que atendam às necessidades dos usuários das demonstrações contábeis”. Para Iudícibus (1997, p. 115) “ocultar informações ou fornecê-las de forma demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecer informação em excesso”.

Cabem ao legislador e aos órgãos reguladores medidas para definição das informações que devem estar contidas nos demonstrativos contábeis, no Relatório da administração e nas Notas Explicativas a fim de garantir a qualidade das informações disponibilizadas pela empresa. Para os casos da não obrigatoriedade de divulgação, não serão aplicadas sanções em prejuízo das empresas, dessa maneira fica a seu critério as divulgações por manter os princípios da ética

e da responsabilidade corporativa, especialmente aquelas informações contábeis de natureza avançada (PONTE; OLIVEIRA, 2004).

A evidenciação constitui compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário (PONTE; OLIVEIRA, 2004). Os métodos para a evidenciação se referem a todo o quadro das demonstrações contábeis. O fator divulgação não se limita a demonstrações contábeis apenas, mas também abrange ao Relatório da Administração, em Notas Explicativas, reuniões com analistas de mercado ou acionistas. (GONÇALVES; OTT, 2002). Os métodos de evidenciação são: forma e apresentação das demonstrações contábeis; informações entre parênteses; notas explicativas; quadros e demonstrações suplementares; parecer de auditoria; relatório da diretoria (IUDÍCIBUS, 1997; HENDRIKSEN; BREDA, 1991 *apud* PONTE; OLIVEIRA, 2004).

De acordo com o art. 176 da Lei n.º 6.404, consideradas suas alterações, ao fim de cada exercício social, a diretoria deve elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, demonstrações contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio da sociedade e as mutações ocorridas no período, compreendendo:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- d) Demonstração do Valor Adicionado, para as companhias abertas;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A expedição dessas normas, pelos órgãos reguladores da prática contábil, é a fim de estabelecer a divulgação de informações contábeis que atendam aos usuários externos. As demonstrações citadas acima são as demonstrações contábeis tradicionais, que representam o método principal de evidenciação contábil (PONTE; OLIVEIRA, 2004).

De acordo com o *Financial Accounting Standard Board* - FASB (HENDRIKSEN e BREDA, 1999, p. 881) o administrador é aquele que detém maior conhecimento acerca do empreendimento, acima dos credores e investidores, e demais “estranhos”. É ele quem pode alavancar a importância da informação financeira, de forma a identificar transações, eventos ou demais circunstâncias que influenciem o negócio, explicando o impacto financeiro.

Segundo o CPC 00 R1 (2011), as demonstrações contábeis devem apontar os efeitos das transações ou demais eventos, no patrimônio e finanças da entidade, isso deve ser feito pelo agrupamento de tais transações ou demais eventos que impactam a contabilidade, em classes

abrangentes de acordo com suas características econômicas. Tais classes são denominadas de elementos das demonstrações contábeis. Os itens relacionados a mensuração da posição patrimonial e financeira devem ser alocados no balanço patrimonial, como ativos, passivos ou patrimônio líquido. Os itens relacionados com a mensuração do desempenho devem ser alocados na Demonstração do resultado, como despesas ou receitas. Por fim a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido irá indicar tanto itens da Demonstração do Resultado, quanto o que for alterado no Balanço Patrimonial.

A evidenciação das informações contábeis, como pôde-se observar, é de grande valia para os gestores e investidores. É a partir desta divulgação, principalmente das demonstrações contábeis, que é possível observar e avaliar o desempenho da entidade. Assim, falhas podem ser constatadas e melhorias aplicadas. Já no que tange ao investidor, a informação contábil é imprescindível para sua tomada de decisão, pois elas representam a situação financeira da empresa em determinado período. Todavia, tal como a governança corporativa, a evidenciação contábil de uma entidade reflete seu comprometimento com o usuário externo e com as normas que devem ser aplicadas, a partir do recomendado pelas instituições e órgãos reguladores.

2.2.1 Índice de Evidenciação

O *disclosure* de informações representa importante meio de interação entre a alta administração e os usuários, sejam eles investidores ou outros envolvidos no mercado. (HEALY; PALEPU, 2001). O *disclosure* pode ser medido indiretamente “através da construção de um índice com base em variáveis observáveis que tenham relação com o *disclosure*” (NAKAYAMA; SALOTTI, p. 272, 2014). A quantificação numérica é objetiva, já os aspectos observáveis subjetivos podem ser relativos à qualidade da informação. Assim, tal índice pode mostrar o nível de *disclosure* do grupo de empresas avaliado, essa informação pode ser usada para observar o *compliance* em caso dos tópicos analisados serem exigidos por normas, ou ainda apresentam também oportunidade para observar o *disclosure* voluntário (MARSTON; SHRIVES, 1991 *apud* NAKAYAMA; SALOTTI, 2014).

O autor ao fazer uso do índice de *disclosure* em suas pesquisas pode utilizar um índice já existente ou ainda elaborar um para a aplicabilidade específica de seu trabalho. A vantagem de fazer uso de um índice já existente é que podem ser feitas comparações entre pesquisas anteriores e a sua pesquisa (MARSTON; SHRIVES, 1991 *apud* NAKAYAMA; SALOTTI, 2014), além do quesito tempo que é economizado para a pesquisa. Entretanto, esta opção acarreta restrições como pouca possibilidade de manipular os itens, que são por sua vez

previamente definidos e não flexíveis na manipulação da retirada ou adição de itens que o autor venha a julgar necessários ou não em sua pesquisa. Índices já existentes são, por exemplo, o ranking do CIFAR (*Center for International Financial Analysis and Research*), AIMR (*Association for Investment and Management Report*) e o indicador de transparência da *Standard & Poors*. No Brasil, há os rankings de transparência da Abrasca (Associação Brasileira de Companhias Abertas) e o prêmio ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças) (NAKAYAMA; SALOTTI, 2014).

No que se refere à construção de um índice próprio para a pesquisa, isso ocorre quando o pesquisador julgar necessário um índice particular para cumprir seu objetivo de pesquisa com itens selecionados que atendem ao contexto de sua pesquisa. Tais itens são escolhidos de acordo com o que o pesquisador considera ter relação com o *disclosure*. Desde 1960 os índices de *disclosure* têm sido utilizados por pesquisadores embora esteja sujeito a críticas e opiniões contrárias como qualquer outra ferramenta de pesquisa nas ciências sociais. O índice de *disclosure* representa eficiente ferramenta de obtenção de respostas para os pesquisadores em muitas circunstâncias, sendo assim útil, pois não seria usado em caso de fornecer resultados pouco proveitosos (MARSTON; SHRIVES, 1991).

Consoante ao IGC, o IEC é parâmetro para observação e compreensão da prática de divulgação das informações contábeis por parte da empresa, é assim que a mesma pode ser avaliada externamente e internamente por seus administradores. Tal índice quantifica o nível de evidenciação de uma entidade, e simplifica a visualização do comportamento da mesma, vista suas obrigações de divulgação. Em caso do índice de evidenciação contábil elevado, depreende-se que a entidade demonstra notável transparência com relação a sua situação patrimonial e financeira para com o usuário da informação.

2.2.2 Erros Materiais

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1), a materialidade de uma informação é confirmada se a sua omissão ou divulgação distorcida for capaz de influenciar as decisões que os usuários da informação contábil-financeira da entidade irão tomar. A materialidade é aspecto relevante para um entidade baseado na natureza ou amplitude dos tópicos direcionados à informação, que estarão abrangidos no relatório contábil-financeiro da entidade. Vistas estas questões, a materialidade é subjetiva, e não se aplica um limite quantitativo para ela, ou predetermina o objeto material especificamente.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 (2009), os erros materiais devem ser corrigidos por reapresentação retrospectiva dos valores comparativos. A reapresentação retrospectiva é ocasionada pela correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações contábeis. Tal reapresentação trata os erros de um período anterior como se eles nunca tivesse ocorrido.

Observada a lista de checagem utilizada, o fator de reapresentação retrospectiva é relevante pois abrange a divulgação das informações contábeis, isto influencia no resultado final da checagem dos itens que foram utilizados neste trabalho, sendo a reapresentação impactante no valor final do IEC, visto que as empresas que reapresentaram suas demonstrações vieram a corrigir erros materiais relacionados ao reconhecimento, mensuração e/ou divulgação de informações contábeis, afetando assim os itens avaliados na análise qualitativa da checagem de itens propostos. Dessa forma a reapresentação retrospectiva representa o fator determinante da Evidenciação contábil, pois a mesma influencia a divulgação final das demonstrações contábeis, pelas companhias, visto que as mesmas foram passíveis de correção dos erros materiais.

3. METODOLOGIA

3.1 Perfil da Amostra

O presente trabalho se caracteriza como um estudo quantitativo de natureza comparativa e analítica. A base de dados utilizada para coleta provém da B3 e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A população do estudo foi definida como todas as empresas do setor elétrico listadas na B3, no entanto a definição da amostra foi determinada pelas 14 (catorze) maiores companhias listadas na B3, que estejam classificadas em algum dos três níveis de Governança Corporativa (GC) utilizados pela B3, são eles: Índice de Governança Corporativa Trade (N1), o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (N2) e o Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (NM), utilizados pela B3. O critério para seleção da amostra foi a partir do ativo total de cada companhia, segundo dados fornecidos pela B3. A amostra totaliza em ativos totais: R\$ 420.574.842,00, que representa 65,10% da população de empresas listadas na B3 no setor elétrico.

A Tabela 1 apresenta: a listagem das 14 empresas da amostra integrantes do setor elétrico e listadas na B3, que foram utilizadas nesta pesquisa; o valor do ativo total consolidado de cada uma delas; e a porcentagem que cada empresa representa do somatório dos ativos totais das companhias da amostra.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa.

COMPANHIAS	ATIVO TOTAL	% TOTAL	SEGMENTO DE GC
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	175.123.258	41,64%	N1
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	43.187.544	10,27%	N1
CPFL ENERGIA S.A.	42.170.992	10,03%	NM
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	30.497.583	7,25%	N1
ENERGISA S.A.	20.022.820	4,76%	N2
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	14.419.691	3,43%	NM
LIGHT S.A.	14.330.229	3,41%	NM
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	14.219.520	3,38%	NM
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	13.565.197	3,23%	N2
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	12.464.885	2,96%	NM
CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP	11.416.449	2,71%	N1
ENEVA S.A.	10.516.056	2,50%	NM
ALUPAR INVESTIMENTO	10.230.001	2,43%	N2

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	8.410.617	2,00%	N2
TOTAL	420.574.842	100,00%	

3.2 Procedimentos de Análise

3.2.1 Primeira Etapa

Para satisfazer a finalidade da pesquisa foi obtido o Índice de Governança Corporativa das companhias listadas na amostra. O valor do índice do ano foi obtido através da média entre os valores mínimos, divulgados pela B3, dos índices de cada nível de governança utilizados pela mesma. Este trabalho fez uso dos dados dos últimos 5, de 2012 à 2016. Desta maneira foi calculado um índice correspondente a cada ano abrangido na pesquisa, para cada um dos 3 níveis de governança corporativa. A formula final para esta etapa que resulta no índice de governança corporativa para cada ano de acordo com cada nível de governança corporativa é:

$$\frac{I_{n1} + I_{n2} + \dots + I_{n12}}{12}$$

Onde:

I = valor do índice mensal (no ano em questão – podendo ser de 2012 à 2016);

n = mês (janeiro a dezembro);

12 = quantidade de meses em 1 (um) ano (no ano em questão – podendo ser de 2012 à 2016).

Após o coletar das informações acerca do IGC e calculado o valor anual do índice de cada nível de governança corporativa, foi calculado o Índice de Evidenciação Contábil das companhias.

No que tange ao Índice de Evidenciação Contábil foram elaboradas listas de checagem (conforme Apêndice 1; 2; 3; 4 ;5), abrangendo os itens das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo as notas explicativas, que constam como demonstrações societárias obrigatórias na Lei 6.404, considerando as alterações promovidas pela Lei 11.638. As demonstrações foram coletadas pelo acesso ao endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ainda que a CVM tenha emitido resoluções e comunicados ao mercado, eles estão subordinados à Lei das Sociedades por Ações, deste modo esta pesquisa será orientada por esta Lei.

O procedimento para esta etapa ocorreu com o assinalar dos itens obrigatórios das demonstrações contábeis que a companhia em questão havia divulgado na coluna “Sim” e assinalar a coluna “Não” quando a empresa não havia divulgado o item obrigatório da demonstração contábil em questão. A informação utilizada foi a referente às demonstrações contábeis anuais divulgadas na CVM até a data de 10 de outubro de 2017. Conforme Quadro 1: estão discriminados todos os itens que foram selecionados para conferência. Esta etapa foi estruturada elencando todos os itens obrigatórios estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações. Cada conjunto de itens está associado a uma demonstração contábil obrigatória.

Após o preenchimento da tabela foi calculada a média a partir da quantidade de “Sim” e “Não” assinaladas. O índice poderá variar de 0 à 1. A fórmula que irá apontar o IEC é:

$$\frac{\sum NS}{S} * 0,03225$$

Onde:

N = Quantidade de “Sim” assinalados

S = Sim

0,03225 = Trigésima primeira parte (total de 31 itens integrantes da lista de checagem) do valor máximo que o índice pode atingir: 1.

3.2.2 Segunda Etapa

A segunda etapa abrangeu a análise do fator “Reapresentação Retrospectiva de Demonstrações Contábeis” como fator determinante na Evidenciação Contábil, para avaliar se houve correções de erros nas demonstrações, o que explicaria o possível bom desempenho de todas companhias analisadas. Este fator foi analisado para traçar parâmetros entre os valores de IGC e IEC das empresas, e observar a ocorrência nos 3 níveis de Governança possíveis deste trabalho. Conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Lista de checagem da Reapresentação Retrospectiva. (Até 28 de outubro de 2017)

EMPRESA (Ano X)	NÍVEL DE GOVERNANÇA	SIM	NÃO
ENERGISA S.A.	DIFERENCIADA (N2)		
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	DIFERENCIADA (N2)		
ALUPAR INVESTIMENTO	DIFERENCIADA (N2)		
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	DIFERENCIADA (N2)		
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	TRADE (N1)		
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	TRADE (N1)		
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	TRADE (N1)		
CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP	TRADE (N1)		

CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO		
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO		
LIGHT S.A.	NOVO MERCADO		
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO		
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	NOVO MERCADO		
ENEVA S.A.	NOVO MERCADO		

Fonte: Elaboração própria.

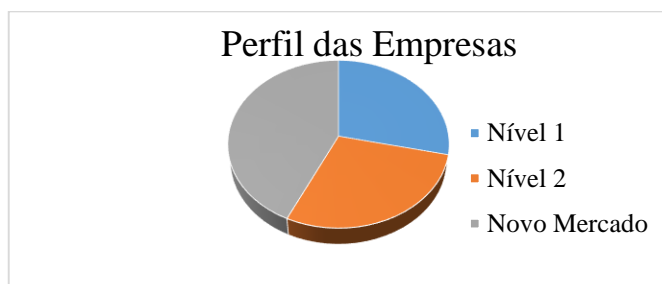
Desta maneira, as empresas da amostra foram agrupadas de acordo com seu nível de governança e valor do IGC correspondente a cada nível, para cada ano foi feita uma checagem. Utilizando as ocorrências de marcações na coluna “Sim”, foi observado se nas empresas as quais o IGC era elevado a observação de marcações na coluna “Sim” era inferior comparado com as demais empresas analisadas, e se nos valores de Índice de Governança Corporativa inferiores a observação de reapresentações retrospectivas era superior comparado com as demais empresas analisadas. Assim, é viável verificar se as empresas com IGC mais alto também são as empresas que comentem menos erros materiais.

Nesta etapa de análise é possível concluir a indagação inicial deste trabalho, e avaliar a relação entre Governança Corporativa e a Evidenciação Contábil, através de seus índices. As duas etapas não são procedimentos isolados e independentes, a segunda etapa trata do fator determinante específico, escolhido para este estudo: a reapresentação retrospectiva, enquanto aspecto relevante quando estudada a Evidenciação Contábil.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O perfil das empresas no quesito nível de governança corporativa, se apresentou de forma que 28,5% das empresas pertencem ao Nível 1 de governança, 28,5% das empresas pertencem ao Nível 2 e 43% ao Novo Mercado.

Gráfico 1 – Perfil de Governança Corporativa das empresas analisadas.



A primeira etapa deste trabalho compreendeu os dois índices analisados na pesquisa, no que se refere aos Índices de Governança Corporativa, aos quais foi possível calcular através da média anual para chegar ao valor de cada ano analisado tem-se a Tabela 2:

Tabela 2 – Valores do Índice de Governança Corporativa.

EMPRESA	NÍVEL DE GOVERNANÇA	2012	2013	2014	2015	2016
ENERGISA S.A.	DIFERENCIADA (N2)	7146,15	7561,20	7668,44	7588,50	7911,60
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	DIFERENCIADA (N2)	7146,15	7561,20	7668,44	7588,50	7911,60
ALUPAR INVESTIMENTO	DIFERENCIADA (N2)	7146,15	7561,20	7668,44	7588,50	7911,60
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	DIFERENCIADA (N2)	7146,15	7561,20	7668,44	7588,50	7911,60
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	TRADE (N1)	1973,02	2056,52	2087,48	2025,17	2115,45
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	TRADE (N1)	1973,02	2056,52	2087,48	2025,17	2115,45
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	TRADE (N1)	1973,02	2056,52	2087,48	2025,17	2115,45
CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO – CESP	TRADE (N1)	1973,02	2056,52	2087,48	2025,17	2115,45
CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09
LIGHT S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09
ENEVA S.A.	NOVO MERCADO	1499,27	1631,97	1671,23	1737,44	1813,09

Para o cálculo do IEC, foi primeiramente feita a análise qualitativa, que abrangeu a checagem dos itens selecionados para a pesquisa. Desta forma foi percebido após tal procedimento que na amostra utilizada para esta pesquisa as empresas corresponderam

positivamente ao que foi proposto pela legislação, evidenciando os fatores selecionados com base na Lei das Sociedades por Ações. Então, ficou evidenciado nesta primeira etapa que não houve alteração dos valores dos IEC, representando então um valor constante.

Contudo, o fator determinante para o IEC foi analisado qualitativamente, e desta maneira foi explicado o resultado positivo para todas as empresas na evidenciação contábil. Isto aconteceu pois as empresas tem a oportunidade de reapresentar retrospectivamente suas demonstrações e dessa maneira corrigir os erros materiais que tenha cometido durante a elaboração da demonstração e divulgado a informação incoerente.

Levantamento das empresas que reapresentaram retrospectivamente suas demonstrações nos anos compreendidos de 2012 até 2016, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados das empresas com enfoque na Reapresentação Retrospectiva.

EMPRESA	NIVEL DE GOVERNANÇA	2012	2013	2014	2015	2016
ENERGISA S.A.	DIFERENCIADA (N2)	N	N	S	N	N
ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	DIFERENCIADA (N2)	S	N	N	S	S
ALUPAR INVESTIMENTO	DIFERENCIADA (N2)	N	S	N	N	S
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	DIFERENCIADA (N2)	S	N	N	S	N
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	TRADE (N1)	S	S	S	S	N
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	TRADE (N1)	S	S	S	S	S
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	TRADE (N1)	N	N	N	N	N
CIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP	TRADE (N1)	N	N	N	S	N
CPFL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	S	N	N	N	N
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	N	N	S	N	N
LIGHT S.A.	NOVO MERCADO	S	S	N	S	N
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NOVO MERCADO	S	S	S	S	S
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	NOVO MERCADO	S	S	S	N	N
ENEVA S.A.	NOVO MERCADO	S	S	S	S	S

Conforme Tabela 3, 35% das empresas com maior IGC reapresentaram suas demonstrações; 50% das com IGC intermediário reapresentaram suas demonstrações contábeis; enquanto 60% das empresas presentes no grupo com o IGC menor precisaram reapresentar suas demonstrações e corrigir erros materiais.

A pesquisa também abordou dois objetivos específicos. O primeiro que visava verificar se ocorre na amostra a ausência de evidenciação de algum item analisado especificamente. E desta maneira observar a possibilidade de algum padrão de falhas de evidenciação entre os itens analisados. Este objetivo foi respondido após as análises secundárias dos resultados, verificando que para todos os itens as empresas receberam a nota máxima do IEC, então não houveram

padrões de falhas de divulgação. O segundo objetivo específico foi o de verificar quais as empresas apresentaram melhor desempenho enquanto se tratando da reapresentação retrospectiva. Isto possibilita apontar dentro de cada nível de Governança Corporativa as empresas melhor destacadas, neste caso foram Energisa S.A. no grupo das empresas do Nível 2; COPEL no Nível 1; no Novo Mercado os dois melhores desempenho foram das empresas CPFL Energia S.A. e Engie Brasil Energia S.A. com desempenho semelhante.

A evidenciação e a transparência são princípios fundamentais da Governança Corporativa, tendo grande relevância nas discussões acerca de tal temática, também com presença na maior parte dos códigos que existem atualmente. (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). Para Ho e Wong (2001, p. 142) a “transparência é o maior indicador do padrão de governança corporativa na economia”. A transparência da informação contábil é possibilitada pela evidenciação, isso aponta a importância de tal estudo nas empresas de capital aberto (MALAQUIAS; LEMES, 2013). A transparência (*disclosure*) representa um dos princípios fundamentais da governança corporativa (FAMA, 1980).

A transparência, para as empresas listadas em bolsas de valores está ligada a disponibilização de informações específicas a respeito das mesmas (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH, 2004 *apud* MALAQUIAS; LEMES, 2013). Para Lima *et. al.* (2006, p. 548) “o acionista espera da diretoria a elaboração de demonstrações contábeis as mais transparentes possíveis”. Ou seja, no tocante a evidenciação contábil e transparência, a governança corporativa deve ser abordada, visto que a transparência é um dos aspectos sustentadores dessa teoria. (IBGC, 2003 *apud* MALAQUIAS; LEMES, 2013).

O princípio da transparência que integra o quadro da governança corporativa engloba as informações econômico financeiras de uma empresa, fator que, foi analisado neste trabalho. Assim sendo, a evidenciação contábil está relacionada com a governança corporativa, pois a primeira se mostra num aspecto integrante e dependente da governança. Baseado neste fato, este trabalho pretendeu confirmar a teoria e embasar esta proposta na análise dos índices referentes a estes dois tópicos, a governança corporativa e a evidenciação contábil com enfoque na reapresentação retrospectiva.

Em se tratando de pesquisas já realizadas, Gallon (2006) achou em seus resultados a existência de associação entre as práticas de *disclosure* que se encontravam nos relatórios da administração e a presença de tais empresas em níveis diferenciados de governança corporativa. Enquanto Costa, Goldner e Galdi (2007), em seu trabalho com as instituições bancárias brasileiras, observaram que a participação nos níveis diferenciados de governança é um fator que influencia nos níveis de evidenciação.

Para Aguiar; Corrar e Batistella (2004) as práticas de governança corporativa e de evidenciação, no Brasil, são usadas para proporcionar maior transparência e confiança para os investidores. Em se tratando de forma específica da transparência, Hidalgo, García-Meca e Martinez (2011) afirmam que a literatura tem mostrado vantagens incentivadoras da divulgação voluntária de informações, propiciadas pela governança corporativa.

Em relação a transparência, ela integra um dos princípios fundamentais da governança corporativa, ocasionando confiança e bom relacionamento à organização, tanto internamente quanto externamente. A assimetria de informação é consequência da falta de transparência, podendo gerar conflitos entre a administração e os acionistas, além de dificultar na captação de novos investimento. A forma de minimizar estas questões é potencializar as ações de governança e evidenciação (*disclosure*).

De acordo com o IBGC, a reputação de uma empresa tem valor econômico e pode ocasionar vantagens em uma competição, além da conservação e atração de funcionários. A construção da reputação positiva, baseada na transparência é um aspecto diferencial tanto para a sociedade quanto ao mercado, e também para a própria empresa, sendo este diferencial vantajoso economicamente para a mesma.

De acordo com o código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, ao possibilitar um elevado nível de transparência referente a organização, a mesma contribui para sua boa reputação juntamente para com a de seus administradores. Tal positividade gera maior confiança perante as transações. Observando estes fatos, percebe-se que a transparência reflete na confiabilidade de uma organização, desta maneira o agente externo a entidade tem respaldo para sua tomada de decisão diante da mesma, aplicando investimentos ou retirando-os.

Para Piacentini (2004, p. 36) a evidenciação é "qualquer informação divulgada pela companhia que auxilie aos usuários internos e externos a conhecer a situação financeira e econômica da companhia". Desta forma a evidenciação diminui assimetrias que possam existir entre as organizações e os *stakeholders*. Consequentemente, é importante que as informações divulgadas no relatórios sejam claras e detalhadas, para ocasionar a interpretação adequada dos usuários (CAROLINO, REINA, SILVA, HEHR, 2016).

Levine, Loayza e Beck (2000) e Love (2003) discorrem que o *disclosure* de informações contábeis é fator que reduz a assimetria de informações, auxilia a explicação da volatilidade do retorno de ações e representa um indicador para os investidores nacionais e internacionais quando se trata da decisão da melhor alternativa de investimento a se escolher.

Em vista de tais colocações, conclui-se que para a sociedade os ganhos se refletem na informação clara e confiável, que as empresas venham a divulgar, isso é possível pela

governança corporativa consistente e em constante aprimoramento por parte dos gestores. Assim os benefícios se refletem na fortificação e solidez da economia, onde as organizações são confiáveis e transparentes, isso pode ser aspecto importante na prevenção de escândalos de desonestidade dentro de companhias, que na maioria das vezes afeta a economia e a confiança no mercado como um todo, podendo gerar desempregos em massa e desaceleração do crescimento do país, por exemplo. Para a ciência, o desenvolvimento de pesquisas nesta área gera o desenvolvimento e o aumento da compreensão teórica e prática a respeito, podendo assim tais conhecimentos proporcionarem parâmetros para a ação e para o entendimento de tal temática a fim de promover a complexidade de resultados, compreensão dentro da contabilidade financeira e gerencial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade em seus mais variados espectros proporciona o benefício da informação a qualquer usuário que a demande. Tanto para a tomada de decisões quanto para proporcionar o retrato de uma entidade no período, a informação contábil abrange uma variedade de tópicos que possibilitam ao seu usuário tanto externo quanto interno obter dimensão da realidade e poder avaliá-la. Os impactos da contabilidade podem ser observados a partir das decisões que são baseadas nas informações oferecidas por ela. A temática deste trabalho selecionou a contabilidade gerencial e financeira como vias de análise, visto que ambas são essenciais para a continuidade de uma entidade, principalmente as de grande porte.

Este trabalho foi motivado pela necessidade de determinar desdobramentos para a simples informação contábil, observando seus reflexos quando um tema é relacionado a outro, ou seja, quando traçado um quadro comparativo entre alguns de seus aspectos e analisá-los em conjunto. A governança corporativa é um item gerencial relevante e que tem a sua importância reconhecida e fortalecida ao longo dos anos, ela engloba vários outros itens relacionados a gestão, inclusive a sua responsabilidade com o usuário das informações contábeis que uma empresa produz, pois a decisão do usuário está pautada naquilo que é divulgado e endossa tal tomada de decisão, podendo afetar várias áreas.

Para se alcançar o objetivo desta pesquisa foi utilizado de alguns procedimentos alinhados entre si para a obtenção do resultado final. Tais procedimentos foram pautados em coletas de dados disponibilizados para consulta e no preenchimento de tabelas na parte qualitativa e a garantia, posteriormente, de valores para tais preenchimento. Conforme apontam os resultados obtidos, o objetivo de analisar a relação entre o Índice de Evidenciação Contábil e o Índice de Governança Corporativa das companhias abertas do setor elétrico brasileiro, no período compreendido entre 2012 e 2016. Foi atendido, pois após a análise dos resultados, a relação existente foi explicitada. Desta forma, quando em caráter comparativo entre empresas, para um IGC superior haverá um IEC igualmente favorável, ressaltando que neste trabalho foi observado o fator determinante do IEC: rerepresentação retrospectiva.

O problema de pesquisa neste trabalho circundou a observação de relacionamento entre duas variáveis, para responder a indagação sobre a existência de relação entre o Índice de Evidenciação e o Índice de Governança Corporativa das companhias abertas do setor elétrico listadas na B3, com enfoque para a rerepresentação retrospectiva. Desta maneira a resposta para o problema de pesquisa apresentado é de que é possível traçar relação entre os dois índices. Ou seja, quando comparados entre si, eles não independentes e isolados, e a observação é que tais

índices podem ser analisados em conjunto e trabalhados em conjunto, inclusive para produzir resultados gerenciais ou financeiros por exemplo, visto que pertencem a estas duas esferas.

Este trabalho possibilitou observar que o bom desempenho de uma empresa, quanto à evidenciação das informações as quais são obrigadas divulgar, está atrelada ao o IGC superior. Ainda que o IEC tenha atingido o valor máximo para as empresas estudadas, foi observado que o fator determinante (reapresentação retrospectiva) do IEC era conclusivo para a relação deste resultado, demonstrando que as empresas com índices de governança, inferiores aos demais, reapresentaram porcentagem de reapresentação superior às empresas restantes.

Nas limitações desta pesquisa é necessário citar que o Índice de Governança Corporativa utilizado não foi individual para cada empresa, caso isto tivesse sido possível, para este item a informação seria mais precisa. Os valores usados foram padronizados para cada nível de governança utilizado, pois foi desta maneira calculado pela B3 e divulgado, baseando-se nas empresas que são negociadas na bolsa de valores que pertencem a cada nível.

Outro tópico relevante é a construção do IEC, o mesmo pode ser subjetivo quando a seleção dos itens a serem analisados. Este trabalho optou por padronizar a informação entre as 5 demonstrações contábeis analisadas, incluindo as notas explicativas e seus itens particulares baseado nas normas para as sociedades por ações. Desta maneira, dependendo do objetivo específico do trabalho a evidenciação pode abranger outros enfoques. Talvez se outros itens fossem analisados os valores de IEC fossem diferentes dos encontrados neste trabalho.

Sugere-se que futuramente pesquisas sejam feitas pesquisas nesta área com percepções de amostras e de análises diferentes. Com relação a amostra, que outros critérios diferentes do ativo total sejam usados, para que possam ser exploradas variadas classificações. Ainda utilizando o ativo total, sugiro que não apenas as maiores empresas sejam analisadas, mas também as menores, tanto traçando um comparativo entre as duas vertentes, quanto um trabalho exclusivo para as menores empresas, para avaliar a possibilidade de resultados diferentes dos quais foram possíveis observar neste em questão.

No que tange ao comparativo Governança e Evidenciação, a sugestão é que outros aspectos relevantes para governança corporativa sejam analisados. Este trabalho selecionou a evidenciação contábil, entretanto vários outros aspectos podem ser estudados e verificados na prática, respaldando-se na teoria da contabilidade, como por exemplo a divulgação de informações não obrigatórias para o usuário externo.

Com relação aos dados selecionados para análise, a sugestão é que seja desenvolvido um trabalho utilizando as demonstrações regulatórias para o setor elétrico, regulamentado pela ANEEL, pois neste, foram usadas as demonstrações societárias. Para que seja observado se os

resultados se mantêm ou se uma nova proposta pode ser sugerida. Ainda na questão analítica, procede a sugestão de se trabalhar com mais de dois índices em conjunto. Neste trabalho foram utilizados 2, porém mais variáveis podem ser analisadas traçando um comparativo ou as relacionando entre si, abrangendo desta forma um espectro maior.

Em se tratando do conteúdo a ser analisado, sugere-se que pesquisas futuras avaliem as demonstrações contábeis e seus itens passíveis de reapresentação retrospectiva, sendo este fator determinante do Índice de Evidenciação Contábil, nesta pesquisa, seria interessante a análise de tais reapresentações para entender possível padrão ou semelhanças entre as empresas incluídas neste contexto.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis-decretos/lei6404.html>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

AGUIAR, A. B.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Adoção de Práticas de Governança Corporativa e o Comportamento das Ações na Bovespa: Evidências Empíricas. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 338-347, 2004.

BEBCHUK, L.; COHEN, A.; FERREL, A. *What matter in corporate governance? The Review of Financial Studies*, Oxford, v. 22, n. 2, p. 783-827, 2009.

BERLE, A. A.; MEANS, G. C. *The Modern Corporation & Private Property*. 11ª ed. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2010.

BLAIR, M. M. *Ownership and Control: Rethinking Corporate Governance for the Twenty-First Century*. Washington: Bookings Institutions, 1995.

BORTOLON, P. M.; SILVA JUNIOR, A. DA. Deslistagem de Companhias Brasileiras Listadas na Bolsa de Valores: Evidências Empíricas sobre a Governança Corporativa. *Brazilian Business Review*, n. BBR Special, p. 97-124, 2015.

CAROLINO, S. F. et al. Disclosure nos Relatórios da Administração das Instituições Bancárias Listadas na BM & F Bovespa. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, v. 14, n. 4, 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Central de Sistemas**. Disponível em: <<http://sistemas.cvm.gov.br>>. Acesso em: 25 set. de 2017.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Um Índice de Avaliação da Qualidade da Governança Corporativa no Brasil. *Revista de Contabilidade e Finanças*, n. Xxxiv, p. 45-63, 2011.

COSTA, F. M.; GOLDNER, F.; GALDI, F. C. Análise dos Fatores que Influenciam no *Disclosure* dos Maiores Bancos Brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007.

CPC - COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00**, 15 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 23**, 16 de setembro de 2009 – Dispõe sobre Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e

Retificação de Erro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-mitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=54>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

CROWTHER, D.; SEIFI, S. *Corporate Governance and International Business*. David Crowther, Shahla, Seifi and Ventus Publishing, 2011.

FAMA, E. *Agency Problems and the Theory of the Firm*. *Journal of Political Economy*, v. 88, p. 288-301, 1980.

GALLON, A. V. **Evidenciação Contábil nos Relatórios da Administração das Empresas Participantes dos Níveis de Governança da BOVESPA**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau: FURB, 2006.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W.; BREWER Peter C.. **Contabilidade Gerencial**. 14ª. ed. Porto Alegre: AMGH Editora LTDA, 2013.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. **A Evidenciação nas Companhias Brasileiras de Capital Aberto**. Salvador: ENANPAD, 2002.

HART, O. *Corporate Governance: Some Theory and Implications*. *The Economic Journal*, v. 105, n. 430, p. 678-689, 1995.

Healy, P. M., & Palepu, K. G. *Information Asymmetry, Corporate Disclosure, and the Capital Markets: A Review of Empirical Disclosure Literature*. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F.V. **Teoria da contabilidade**. Tradução por Antônio Zorato Sanvinente. São Paulo: Atlas, 1999.

HIDALGO, R.; GARCÍA-MECA, E.; MARTINEZ, I. C. *Corporate Governance and Intellectual capital disclosure*. *Journal of Business Ethics*, v.100. 483-495, 2011.

HO, S. S. M.; WONG, K. S. *A study of the relationship between corporate governance structures and the extent of voluntary disclosure*. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 10, n. 2, p. 139-156, 2001.

HORNGREN Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. **Contabilidade de custos**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA. **Publicações: Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoes/codigo-das-melhores-praticas>>. Acesso em 8 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/governanca-corporativa>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, 2005.

LEVINE, R.; LOAYZA, N.; BECK, T. *Financial Intermediation and Growth: Causality and Causes*. **Journal of Monetary Economics**, v. 46, n. 1, p. 31-77, 2000.

LOVE, I. *Financial Development and Financing Constraints: International Evidence from the Structural Investment Model*. **The Review of Financial Studies**, v. 16, n. 3, p. 765-791, 2003.

MACEDO, Á. F. P. DE et al. Governança Corporativa e Evidenciação de Capital Intelectual em Empresas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, n. 1, p. 18–33, 2015.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: Nível de Evidenciação das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, edição comemorativa, p. 65-79, 2006.

MALAQUIAS, R. F.; LEMES, S. *Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras*. **Brazilian Business Review**, n. 34, p. 85–112, 2013.

MARSTON, C. L., & SHRIVES, P. J.. *The Use of Disclosure Indices in Accounting Research: a Review Article*. **British Accounting Review**, v. 25, p. 195-210, 1991.

MILLAR, C. C. et al. *Corporate Governance and Institutional Transparency in Emerging Market*. **Journal of Business Ethics**, v. 59, p. 163-174, 2005.

NAKAYAMA, W. K.; SALOTTI, B. M. Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informações sobre Combinações de Negócios com a Entrada em Vigor do Pronunciamento Técnico CPC 15. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, p. 267–280, 2014.

PIACENTINI, N. **Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). 2004. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2004.

PONTE, V.M.R.; OLIVEIRA, M. C. A Prática da Evidenciação de Informações Avançadas e Não Obrigatórias nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v.15, n. 36, 2004.

SANTOS, J. O. DOS; PEDREIRA, E. B. Análise da Relação entre o Índice de Governança Corporativa e o Preço das Ações de Empresas do Setor de Papel e Celulose. **Revista Administração em Diálogo**, v. 6, n. 1, p. 87–99, 2004.

APÊNDICE 1 - Lista de checagem da Demonstração do Valor Adicionado

Empresa X (ano X)		
Demonstração do Valor Adicionado		
	Sim	Não
O valor da riqueza gerada pela companhia.		
A sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros.		
Parcela da riqueza não distribuída.		

APÊNDICE 2 – Lista de checagem da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Empresa X (ano X)		
Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Sim	Não
As alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em operações.		
As alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em financiamentos.		
As alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em investimentos.		

APÊNDICE 3 – Lista de checagem do Balanço Patrimonial

Empresa X (ano X)		
Balanço Patrimonial		
	Sim	Não
No ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.		
No ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.		
Em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.		
No ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.		
No intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.		
As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior.		
A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.		
Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias		
A contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.		
Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.		
Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.		
Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.		
As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.		

APÊNDICE 4 – Lista de checagem da Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa X (ano X)		
Demonstração do Resultado do Exercício		
	Sim	Não
A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.		
A receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.		
As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.		
O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas.		
O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto.		
As participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.		
O lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.		
Na determinação do resultado do exercício serão computadas as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda.		
Na determinação do resultado do exercício serão computados os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.		

APÊNDICE 5 – Lista de checagem da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Empresa X (ano X)		
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados		
	Sim	Não
O saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial.		
As reversões de reservas e o lucro líquido do exercício.		
As transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.		

No Apêndice 5 está apresentada a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), porém tais informações estão expressas no relatórios divulgados pelas empresas na demonstração denominada Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido DMPL, visto que a DLPA está incluída na DMPL.